

SEÇÃO

1

PESQUISA APLICADA

O TUTOR PRESENCIAL E A MEDIAÇÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: PAPÉIS E ATRIBUIÇÕES

Rodrigo Gonçalves Ribeiro¹

rodrigo.ribeirojf@gmail.com

1. Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Servidor Público Federal, no cargo de Administrador da Universidade Federal de Juiz de Fora.

RESUMO: O artigo busca a potencialização do papel do tutor presencial no âmbito dos cursos de educação a distância da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A pesquisa está centrada nas atribuições do profissional de tutoria presencial do curso de Administração Pública, comparado aos profissionais dos cursos de Licenciatura em Computação e Pedagogia. Para isto, foram aplicados instrumentos de pesquisa semiestruturada de profundidade aos coordenadores e tutores presenciais destes cursos, com o fim de obter dados sobre o desenvolvimento da tutoria, tendo em vista a mudança de perfil dos alunos e, conseqüentemente, do polo presencial. As análises são realizadas de acordo com os eixos norteadores, identificados pelo Desenho do curso e Mediação. Por fim, propõe-se a potencialização do trabalho dos tutores presenciais, a partir de modificações na sua atuação, aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico do curso, bem como a construção de um manual e maiores formas de interação entre a equipe multiprofissional.

Palavras-chave: Tutor presencial. Educação a distância. Potencialização.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca estudar a importância da potencialização do papel do tutor presencial no âmbito do curso de Administração Pública, na modalidade de Educação a Distância (EaD) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A análise está centrada nas atribuições do profissional de tutoria presencial do curso comparado aos profissionais dos cursos de Licenciatura em Computação e Pedagogia da modalidade de ensino a distância oferecidos pela Universidade.

Busca-se identificar as reais atribuições que devem nortear o trabalho deste profissional com vistas à potencialização do trabalho, observadas as demandas desta modalidade, em especial no curso de Administração Pública do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

Cruz *et al.* (2009) afirma que se observa atualmente o acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) fora dos laboratórios, uma vez que nos últimos anos identificou-se uma mudança de perfil e de comportamento dos alunos com relação ao polo, com uma tendência de mudança de finalidade precípua deste local. No entanto, este ainda se configura como o elo entre o ambiente virtual de aprendizagem e o aluno, visto que funciona como principal ponto de encontro entre os atores desse processo de ensino-aprendizagem.

Assim visualiza-se que, para a potencialização da educação a distância, espera-se uma identificação precisa e eficaz da função do tutor presencial; entretanto, conforme apontado por Bastos *et al.* (2013), não há uma definição concreta e específica para as atividades exercidas pelos tutores presenciais nos polos.

Para isso, as atribuições estabelecidas aos tutores devem ser previamente organizadas, para que se aponte o caminho e se estabeleça o resultado focado nos objetivos pretendidos pelo Projeto Político-Pedagógico do curso, e distribuídas conforme a competência e habilidade de cada função, dentre elas a do tutor presencial.

O artigo é estruturado em quatro partes: na primeira são descritos os eixos de análise; na segunda, é apresentada a metodologia do estudo; a terceira descreve a análise dos resultados à luz dos eixos norteadores; e a quarta e última parte demonstra a proposta com caráter conclusivo.

A POTENCIALIZAÇÃO DO PAPEL DO TUTOR PRESENCIAL

Para a análise referencial são propostos dois eixos: o Desenho do curso e a Mediação. Identifica-se como importante para o estudo do primeiro eixo o desenho do curso, que tem como um dos seus principais instrumentos é o Projeto Político-Pedagógico, documento que identifica, cria, propõe e mobiliza ações e estratégias para o direcionamento das atividades de desenvolvimento do curso, tanto no plano político quanto pedagógico.

Ferreira e Carneiro (2015) propõem um olhar sobre o desenho do curso, visto que não há a possibilidade de sucesso sem que haja o planejamento de forma estratégica, conforme indica o Parecer CNE/CES 67, de 11 de março de 2003, que indica que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem identificar a operacionalização do ensino com clareza nos Projetos Pedagógicos (BRASIL, 2003, p. 16).

Veiga (2004) ensina que o PPP é considerado uma coleção de objetivos e metas devidamente traçados para o perfil desejado do egresso e possui o intuito de definir um caminho, um rumo e percurso que são pensados para o curso.

Bem como também identifica Nóbrega-Therrien *et al.* (2010, p. 681), o PPP é um instrumento de base participativa e de construção coletiva que serve de orientação tanto para os cursos de graduação, como também para toda a universidade: “O PPP surge como principal instrumento político e técnico de balizamento para o fazer universitário, que deve ser elaborado de forma coletiva no âmbito da instituição” (NÓBREGA-TERRIEN, 2010, p. 681).

Para a condução do ensino a distância, o documento do MEC contido em Brasil (2007) define que, para qualquer configuração desenhada para o curso, deve-se indicar um grupo de pessoas específicas para a equipe multidisciplinar, dotada com as funções de: planejamento, implementação e gestão dos cursos a distância devidamente qualificados.

Desta forma, sob este prisma, os tutores são vistos por Mill (2011) como um trabalho em equipe multidisciplinar, que é fundamental para o alcance dos objetivos institucionais do curso EaD. O autor identifica ainda que, em virtude da natureza da participação dos atores pedagógicos na construção do conhecimento, professores e tutores compartilham de uma parceria de colaboração que merece destaque.

Preti (1996) argumenta ainda que, para o sucesso da oferta de ensino, a instituição deve se organizar e prever através de um projeto pedagógico que ofereça o saber atual; ou seja, devem ser observadas as mais recentes produções acadêmicas, com prioridade aos conhecimentos instrumentais, o que é caracterizado por ele como “aprender a aprender”, visando à formação permanente do aluno; para isso, torna-se necessária uma organização do curso da modalidade de educação a distância.

Mill *et al.* (2008, p. 114) indicam que os tutores são “elementos-chave” para o desenvolvimento cognitivo do aluno, nas tarefas desenvolvidas no AVA, sejam elas individuais ou coletivas.

Nesse sentido, pode-se inferir que o desenho do curso perpassa por estratégias nas quais, tratando-se do suporte e apoio aos atores do processo de ensino a distância, não há possibilidades de se obter sucesso sem que haja um planejamento traçado e ajustado à dinâmica da mediação de um curso EaD, visto a principal relação pretendida é entre o aluno e o ensino.

Já para o segundo eixo propõe-se a mediação, instrumento fundamental à educação a distância, uma vez que pode ser identificado como a própria entrega do conhecimento aos alunos.

Moran (2000, p. 144) identifica a mediação pedagógica como uma “atitude” ou um “comportamento” realizado pelo professor ou tutor, que disponibiliza-se como um “facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem”, ou seja, um sujeito que se coloca como um instrumento de ligação entre o educando e o conhecimento, e destaca que o tutor não pode ser visto como uma ponte “estática”, mas sim como uma “ponte rolante”, visto que proporciona ao discente um impulso ou condução para que alcance os seus objetivos.

Para Mill (2008, p. 3), o tutor constitui a peça fundamental no processo de ensino a distância, visto o desenvolvimento proporcionado no processo de mediação, quando afirma que “[...] o tutor é um elemento-chave para o desenvolvimento cognitivo do estudante nas atividades individuais e coletivas ao longo da disciplina”. Mill ainda classifica o processo de mediação como inerente ao tutor, visto que o identifica como o responsável pelo acompanha-

mento, orientação, estímulo e incentivo à reflexão do discente na construção do saber a partir dos instrumentos tecnológicos disponíveis na EaD.

E Preti *et al.* (2003) verifica o papel de tutor como mais do que um mediador do processo de ensino-aprendizagem, considerando-o como orientador da ação educacional, e minimiza a concepção do papel do tutor como mero sujeito passivo. Ao contrário, o autor coloca o profissional como quem orienta, ou seja, quem estabelece uma relação de apoio, acompanhamento e estímulo à aprendizagem do estudante, como uma equipe rumo à construção de um conhecimento.

Assis (2007, p. 21) identifica que, no processo de tutoria, a mediação pedagógica com o auxílio das NTICs proporciona ao estudante um ciclo de construção do conhecimento, no qual o próprio discente se vê como parte desta engrenagem. E, para o bom andamento deste processo, ou seja, para que o ciclo da mediação pedagógica alcance os resultados esperados, o autor afirma a necessidade da formação e da sensibilidade dos tutores, pois “[...] é necessário que os tutores tenham formação e sensibilidade para que sejam mediadores e aglutinadores do processo de aprendizagem”.

Contudo, Soares *et al.* (2014, p. 387) considera que a mediação realizada pelos tutores é essencial à orientação acadêmica dos discentes dos programas de formação superior de professores da modalidade de ensino a distância, e cria possibilidades na proposta pedagógica do curso, “[...] transformações da proposta pedagógica do curso em que atuam”.

Os desafios verificados na mediação pedagógica, quando realizada pela tutoria na modalidade a distância, são grandiosos; contudo, o tutor é a peça indispensável neste processo, que deve ajustar-se ao programa para contribuir como um facilitador e orientador das ações neste rico ambiente educacional.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

No caso em questão, foi possível descrever o problema no cenário educacional e, para isto, utilizou-se a pesquisa descritiva qualitativa exploratória composta pelo estudo de campo, aplicada por meio de uma entrevista individual com os coordenadores dos cursos de Administração Pública, Licenciatura em Computação e Pedagogia EaD, bem como através de um questionário aplicado a todos os tutores presenciais dos cursos, em seus respectivos polos. O estudo utiliza a pesquisa bibliográfica em livros, artigos e documentos oficiais, com o objetivo de fundamentar o objeto do trabalho.

A execução das entrevistas semiestruturadas realizadas com os Coordenadores ocorreu durante o mês de abril de 2016, sendo gravadas e posteriormente

transcritas, sempre obedecendo ao roteiro composto por 11 perguntas, divididas em 4 blocos: Perguntas iniciais, Desenho do curso, Mediação e Finalização.

Para a investigação relacionada aos tutores presenciais, foram utilizados questionários aplicados em formato online através da ferramenta GoogleForms a todos os tutores presenciais, em todos os polos dos cursos, com perguntas do tipo semiestruturado para questões abertas e estruturado para questões de múltipla escolha, que aconteceram também durante o mês de abril de 2016 e obedeceram ao roteiro composto por 12 questões fechadas e 2 abertas, divididas em 4 blocos, cuja divisão não foi visível aos respondentes: Perguntas iniciais, Desenho do curso, Mediação e Finalização.

Por se tratar de cursos EaD com muitos polos de apoio presencial, devido à localização geográfica e às condições laborais do pesquisador, a pesquisa utilizou o recurso do GoogleForms e foi aplicado um questionário disponibilizado por um *link* na internet aos tutores presenciais; no entanto, não foi possível a participação dos profissionais do curso de Pedagogia, uma vez que, conforme afirmou o Coordenador C, estes tutores foram dispensados em fevereiro.

Foram atingidos 100% dos coordenadores previstos, totalizando 4 participações, representadas pelo Coordenador A1 (Coordenador do curso de Administração Pública), Coordenador A2 (Coordenador de tutoria do curso de Administração Pública), Coordenador B (Coordenador do curso de Licenciatura em Computação) e Coordenador C (Coordenador do curso de Pedagogia).

Aos coordenadores foram propostas algumas perguntas iniciais, com o intuito de conhecer mais sobre o trabalho desenvolvido por eles. Com isso, verificou-se que a maioria dos coordenadores possui larga experiência na função, que é anterior à criação do Sistema da UAB. Os coordenadores de curso, de forma geral, ressaltaram um grande volume de tarefas e problemas agravados pela constante falta de recursos financeiros, ao passo que o trabalho é gratificante pelos resultados alcançados.

Os tutores participantes tornaram possível esta pesquisa respondendo ao questionário aplicado, no qual foram atingidos 71% dos tutores previstos dos cursos de Administração Pública e Licenciatura em Computação, com retorno de 17 dos 24 questionários aos tutores presenciais.

Dos tutores, a primeira seção visou obter informações gerais sobre os profissionais, como tempo de experiência, titulação acadêmica e o grau de correlação com o curso. Verificou-se que 4 tutores da Administração Pública e 13 tutores da Licenciatura em Computação responderam à enquete, e destaca-se que nenhum tutor presencial do curso de Pedagogia respondeu, uma

vez que, conforme explicitado pelo Coordenador C, eles foram dispensados recentemente devido à escassez de recursos financeiros.

Nesse sentido, as informações obtidas a partir das pesquisas realizadas com os tutores e coordenadores dos três cursos verificados permitiu uma análise aprofundada sobre o ponto de vista do papel do tutor presencial conforme o desenho do curso, bem como sobre a importância do tutor presencial, tendo em vista a mediação do ensino-aprendizagem, possibilitando visualizar os pontos divergentes e convergentes na análise.

A ANÁLISE DOS DADOS

Serão apresentadas primeiro as análises e interpretações a respeito do trabalho de campo realizado, descrito sob ponto de vista do papel do tutor presencial conforme o desenho do curso e, em seguida, o ponto de vista sobre o papel do tutor presencial, tendo em vista a mediação do ensino-aprendizagem.

O ponto de vista sobre o papel do tutor presencial tendo em vista o desenho do curso

A respeito dos documentos referenciais, verifica-se que, para a maioria dos atores do processo de ensino-aprendizagem, seja ele coordenador ou tutor, há o conhecimento a respeito do PPP; no entanto, a maior parte dos tutores conhece o documento apenas superficialmente.

Mill (2011) ressalta a importância desta equipe multiprofissional nos cursos a distância, especialmente o tutor presencial, uma vez que muitos polos são distantes da UFJF e os alunos necessitam de um suporte representativo da instituição, conforme descrito pela CAPES (2015).

Daí a importância do desenho da tutoria presencial descrito no PPP, no qual os Coordenadores A1, A2 e B, respectivamente dos cursos de Administração Pública e Licenciatura em Computação, opinaram no sentido da existência de um elenco de atribuições descritos no PPP, como também há instruções de trabalho discriminadas em manuais, o que objetiva detalhar a rotina de cada atividade.

Entretanto, sobre o desenho da atuação do tutor presencial no curso, verifica-se a mudança de perfil dos alunos e, conseqüentemente, dos polos presenciais, quando o Coordenador A1 relata que no PPP da Administração Pública original, historicamente previa-se a função de tutor presencial para a recepção dos alunos, que mantinham presença constante no polo, o que se diluiu com o tempo, conforme a evolução tecnológica e o crescimento da possibilidade de compra

de computadores pelos alunos, o que acarretou um distanciamento dos discentes do polo, pela comodidade de acesso ao AVA de suas próprias casas.

Sobre as opiniões de necessidade ou desnecessidade dos tutores identificados pelos coordenadores, pode-se ver no documento referencial do MEC, presente em Brasil (2007), o profissional de tutoria presencial como necessário ao projeto UAB, tendo em vista a capilaridade do sistema nos municípios mais longínquos do Brasil, o que exige a instalação de polos de apoio presencial em parceria com prefeituras e governos estaduais.

Corroborando isso, Mill (2008) também demonstra a necessidade ao afirmar que os tutores são como “elementos-chave” para o desenvolvimento cognitivo do aluno, estejam eles atuando de maneira individual ou coletiva, o que bem caracteriza a equipe profissional como “[...] grupo de educadores que acompanha os alunos presencialmente, com encontros frequentes ou esporádicos” (MILL, 2008, p. 03).

Especificamente a respeito do papel do tutor presencial, estes são perguntados se possuem o conhecimento sobre a descrição da própria função no PPP, e 70% afirmam que sim, 12% que não, enquanto que 18% desconhecem.

Como os tutores também foram questionados a respeito da importância desta previsão de atribuições no Projeto Político Pedagógico, verificou-se que 13 tutores afirmaram concordar totalmente com a devida previsão das atribuições no PPP, enquanto 4 deles concordaram parcialmente.

Observa-se que a maioria dos tutores presenciais, identificam nos Projetos Político-Pedagógicos a presença das atividades de tutoria presencial e a importância das suas atribuições para o desenvolvimento dos cursos a distância, conforme bem identifica Mill (2008).

Contudo, o MEC, através da Resolução CAPES/FNDE nº 08/2010, não determina especificamente as atribuições de trabalho dos tutores, muito menos diferencia o tutor presencial do tutor a distância, uma vez que o único documento específico encontrado, contido na Resolução CAPES/FNDE nº 08/2010 (BRASIL, 2010), não torna clara a função desempenhada pelos tutores presenciais. Com isso, verifica-se a ausência da influência no trabalho do coordenador, pela falta de referencial específico do MEC sobre a figura do tutor.

Sobre isso, os coordenadores consideraram como positiva a questão, pois tem-se a liberdade de decidir sobre o trabalho do profissional, com vistas ao melhor aproveitamento para o objetivo final do ensino-aprendizagem do aluno.

A constatação sobre a diferença de atuação do tutor, seja ele a distância ou presencial, reforça a afirmação de Nóbrega-Therrien *et al.* (2010, p. 681), que demonstra o PPP como um instrumento de base participativa e de construção coletiva, uma vez que orienta o desenvolvimento dos cursos e até mesmo da

Universidade. Desta forma, entende-se que o PPP deve ser constantemente atualizado conforme a vontade do coletivo, repensando a todo o momento o desenho do curso e, conseqüentemente, da atuação do tutor presencial.

Enfim, seguindo a constatação, conclui-se que, conforme indicaram os tutores na pesquisa, a atuação deve ser parametrizada nos Projetos Político-Pedagógicos, de acordo com a necessidade dos cursos, como forma de especificar o trabalho desenvolvido pela tutoria presencial, seja atuando mais ou menos nos polos ou AVAs.

A potencialização da função, devidamente descrita no PPP, visa à medida da atuação do tutor presencial para a adequação ao perfil do novo aluno da modalidade de ensino a distância, ao mesmo tempo que preenche a lacuna deixada pelo MEC.

O ponto de vista sobre o papel do tutor presencial tendo em vista a mediação do ensino-aprendizagem

Especificamente a mediação no processo de ensino a distância dos cursos da UFJF, como também em todas as outras instituições de ensino, caracteriza-se como necessária e fundamental à execução do ensino a distância, visto o próprio conceito de EaD, definido oficialmente por meio do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005:

Art.1º - Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a **mediação didático-pedagógica** nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005, p.1)

Pode-se depreender que aconteceram mudanças no comportamento dos alunos com relação ao acesso à plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem a partir da popularização da tecnologia, que possibilitou um maior acesso aos equipamentos de informática. Porém, conforme afirma Preti (1996), entende-se que a representatividade física da instituição acadêmica não foi extinta, pelo contrário, foi reafirmada como núcleo presencial de apoio aos estudantes, visto que não é mais um local estritamente de acesso ao AVA, mas de uma forma geral de apoio e encontro físico de estudantes. Isso leva a crer que o sistema deve ser adaptado ao novo perfil, sem extinguir as estruturas existentes.

Este entendimento pode ser visualizado na pesquisa, que identifica a percepção da totalidade dos profissionais de tutoria presencial sobre a variável das mudanças tecnológicas que atuam sobre a EaD e que estão em constante expansão e evolução.

Para que ocorra a potencialização do processo de mediação da tutoria presencial, não se pode desprezar a evolução ocorrida nos hábitos dos discentes, que gerou a mudança de perfil dos polos. Nesse sentido, o movimento iniciado deve ser acompanhado por toda a modalidade de educação a distância, em especial pela categoria de profissionais da tutoria presencial.

Sobre a mudança de perfil dos discentes, verifica-se que os tutores concordam com a afirmação de que a evolução do ensino a distância gerou mudanças do perfil do tutor presencial. Identifica-se que o movimento de popularização de computadores, *tablets* e *smartphones* proporcionou o acesso do aluno ao AVA, principalmente no conforto das suas casas, levando à mudança do perfil da tutoria presencial, o que conduz a discussão sobre a necessidade da potencialização da função.

Sobre isso, visualizou-se uma divergência entre os coordenadores: por um lado, os Coordenadores A1, A2 e B convergem para o entendimento da permanência dos tutores presenciais nos polos, com algumas mudanças e adaptações que visem à maior atração dos discentes; por outro lado, o Coordenador C visualizou a tendência de extinção deste modelo de função desenvolvida pelo tutor presencial, permanecendo somente o tutor especialista a distância, ressalvados os cursos que exijam as aulas práticas em laboratório.

Já alguns tutores entrevistados acreditam em uma remodelação da função com a inserção de novas atribuições, com vistas justamente à atração dos alunos, tendo em vista a forte evasão verificada na modalidade de ensino a distância. Corroborando isto, destaca-se o trecho de um tutor presencial que sintetiza o que foi verificado ao longo da análise: “[...] O Tutor Presencial deve atuar, devido às transformações tecnológicas, cada vez mais pelas ferramentas virtuais” (Tutor Presencial do curso de Administração Pública).

Com relação à questão da atuação efetiva da tutoria presencial nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, esbarra-se na alegação da coordenação dos cursos de que, sob o prisma pedagógico, não há a previsão da transmissão do conteúdo destes profissionais aos alunos. A negativa surge sob o argumento que o tutor presencial não é capaz de transmitir o conteúdo de todas as disciplinas de um curso superior, tendo em vista a diversificação das áreas.

Por outro lado, ao questionar os tutores presenciais sobre o assunto, a questão foi vista de outra forma, uma vez que as respostas à indagação ficaram divididas; a maioria concorda que o conteúdo pode ser, sim, transmitido aos discentes, quando necessário for.

A respeito disso, entende-se que, por um lado, os coordenadores não identificam como viável a transmissão de conteúdo pelos tutores presenciais pela variedade de disciplinas ofertadas nos cursos, mas, por outro lado, verifica-se

outra interpretação pelos tutores sobre a questão, na qual somente 11% concordam com os coordenadores.

Enfim, após a análise das entrevistas e questionários aplicados aos atores dos cursos, pode-se verificar a real demanda da potencialização da atuação do tutor presencial na modalidade de ensino a distância, verificada aqui por meio de um acompanhamento da tendência visualizada na mudança de perfil dos alunos, que pode ser caracterizada pela aproximação do tutor presencial do ambiente virtual, sem que seja perdido o elo da representatividade presencial nos polos presenciais. Desta forma, apresenta-se uma nova proposta de atuação deste profissional, que será apresentada na próxima seção.

UMA PROPOSTA PARA A POTENCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DO TUTOR PRESENCIAL NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Com base no entendimento de Gadelha e Quental (2006), ao levantar os desafios atuais impostos à educação a distância, especialmente abarcados neste trabalho sobre a questão da tutoria presencial, é colocada aos profissionais atuantes nas instituições a necessidade de gerar e propor mudanças, motivados e instrumentalizados pelo entendimento da potencialização para melhores resultados. Pretende-se, assim, identificar as virtudes, bem como os desvios profissionais, para construir um potencial de mudança em seus espaços de trabalho, mediante a adoção de novos conceitos laborais e de gestão, ao integrar as questões da prática produtiva e eficiente ao processo de ensino e aprendizagem.

Para tanto, o trabalho prevê o resultado da análise obtida após a pesquisa entre os atores do processo de ensino-aprendizagem, com vistas a juntar informações e formular o entendimento centrado nos eixos norteadores do desenho do curso e da mediação, para então disponibilizar as proposições pertinentes à potencialização do papel da tutoria no âmbito do curso de Administração Pública EaD da Universidade Federal de Juiz de Fora.

AS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

A proposta apresentada a seguir possui um caráter conclusivo para um melhor direcionamento dos trabalhos com relação à educação a distância, especialmente sobre a categoria de tutor presencial no âmbito do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. A perspectiva de ação está construída e dirigida para uma ação direta dos gestores do curso no âmbito local da instituição federal de ensino e tem como alvo de atuação o Projeto Político Pedagógico e o Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso.

A revisão do Projeto Político Pedagógico

A primeira proposição sugerida pretende definir as atribuições dos tutores presenciais com vistas à adequação do formato atual de tutor, conforme verifica-se na Resolução CAPES/FNDE nº 08/2010 e no Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, mesclando funções tanto presenciais quanto a distância.

Ressalta-se que a proposta faz parte de um desenho inicial formulado para a otimização da função do tutor presencial, o qual deve ser debatido por todos os atores do curso por meio de representações no colegiado do curso de Administração Pública. Isso corrobora o entendimento de Nóbrega-Therrien *et al.* (2010, p. 681), que aponta o PPP como um instrumento de base participativa e de construção coletiva.

A proposta está dividida em quatro etapas, quais sejam:

- 1) Definir a carga horária de 20h semanais, divididas entre 10h semanais para atendimento às atividades presenciais e 10h semanais para as atividades a distância;
- 2) Incluir a tutoria das disciplinas de Seminários e Estágio Curricular Supervisionado;
- 3) Atendimento às dúvidas da plataforma, com horários restritos de atendimento ou com hora marcada no polo;
- 4) O acompanhamento de atividades presenciais no polo para aplicação das provas presenciais.

A primeira etapa prevê a divisão da carga horária de 20 horas entre as atividades a distância e presenciais, sendo 10 horas semanais para as atividades a distância e 10 horas para as atividades presenciais, como forma de atender tanto aos alunos no polo, por meio de agendamentos realizados pela secretaria, quanto a estes discentes na plataforma AVA nas disciplinas de Seminários e Estágio. Nesta etapa também está previsto o detalhamento das atribuições dos tutores presenciais, no qual deverão constar, minimamente, as seguintes funções:

Já a segunda etapa prevê o estabelecimento do exercício da tutoria nas disciplinas a distância de Seminários e Estágio Curricular Supervisionado, que possuem carga horária menor, bem como não exigem especialização na área.

Para a terceira etapa, visualiza-se o exercício da tutoria presencial no polo, visando à realização de atendimentos aos alunos marcados previamente pela secretaria para esclarecer dúvidas relativas à plataforma AVA.

E na quarta etapa prevê-se também, dentro do atendimento presencial, a aplicação de provas presenciais obrigatórias, que incluem as provas regulares, recuperações e dependências.

A inclusão dos tutores presenciais nas atividades a distância

A segunda sugestão reside na proposição de execução da tutoria a distância das disciplinas dos Seminários e Estágio Curricular Supervisionado, consideradas como de caráter geral do curso e com carga horária menor (30 horas), pelos próprios tutores presenciais, conforme a divisão de carga horária observada na primeira proposta, considerada de 10 horas semanais.

Além disso, a sugestão tem base na consideração afirmada pelos coordenadores dos cursos quando mencionam, de forma unânime, que consideram positiva a questão da Resolução do MEC CAPES/FNDE nº 08/2010 não deixar clara a função específica para os tutores a distância e presenciais, permitindo a liberdade para decidir sobre o trabalho do profissional como melhor entenderem para obter o resultado final almejado, ou seja, a eficiência e eficácia no ensino-aprendizagem do aluno.

O atendimento na plataforma tem a previsão de acontecer dentro do período destinado para as atividades a distância, de 10 horas semanais, que inclui, de acordo com a primeira proposta de atribuição dos tutores, as funções de acompanhar as interações dos alunos por meio da lista de discussões, fóruns e sala de bate-papo; estimular, motivar e orientar os alunos a desenvolver as atividades acadêmicas presenciais e a distância; e planejar e organizar as ações de orientação para aprendizagem das disciplinas a distância.

Ressalta-se que as disciplinas elencadas para a tutoria presencial, de Seminários e Estágio, possuem a carga horária de 30 horas, que corresponde a metade da carga horária de uma disciplina curricular especializada (60 horas), na qual um tutor a distância dispõe de 20 horas semanais, como determinado pela CAPES/MEC. Desta forma, conclui-se que as 10 horas semanais sugeridas para o tutor presencial na atividade no AVA são suficientes para a demanda da disciplina de 30 horas.

A confecção de um manual para os trabalhos da tutoria

A terceira proposta sugere a confecção de um manual online de trabalho, apresentado sob o formato de um documento PDF, a ser disponibilizado por um *link* da internet, direcionado especificamente à capacitação do tutor presencial do curso de Administração Pública, tendo em vista as novas definições acerca das atribuições dos tutores nos ambientes presencial e a distância.

Os manuais são documentos formulados geralmente em um ambiente organizacional com o propósito de uniformizar os procedimentos dentro da atividade fim a que se destinam. Desta forma, podem ser considerados ótimos instrumentos para a racionalização do método de comunicação, pois possuem inúmeras vantagens – dentre elas, a de ser um poderoso instrumento de capacitação permanente, uma vez que se constitui em uma fonte de consulta, orientação e treinamento.

Especificamente para o manual da tutoria, estão previstas as orientações sobre o trabalho a ser desenvolvido no decorrer da atuação na tutoria presencial. Por meio do documento, planeja-se a normatização de um padrão institucional para o curso de Administração Pública da UFJF, visando ao desenvolvimento do trabalho dos tutores.

O objetivo é tornar claro ao aluno, professor e ao próprio tutor as atribuições do profissional e a forma de atuação no dia a dia, seja nas tarefas de atendimento no polo, seja no atendimento ao discente no ambiente da plataforma do AVA.

Dessa forma, a proposição sugerida busca disseminar as atribuições dos tutores presenciais para regulamentar a atividade de forma a servir como guia para os tutores presenciais na condição de executores, bem como para os demais agentes do processo na condição de usuários ou integrantes da equipe multiprofissional.

A criação de um ambiente virtual para a troca de experiências e informações

Para a quarta proposição, pretende-se criar um ambiente virtual para a troca de experiências e comunicação entre os agentes da coordenação, os professores, os tutores a distância e os tutores presenciais, tendo em vista a fraca participação dos tutores presenciais nas reuniões dos atores multidisciplinares para a potencialização do trabalho.

A sugestão reside na proposição de criação de um ambiente virtual, na própria plataforma do AVA, para a troca de experiências, dúvidas, materiais, documentos e dicas voltadas para o bom andamento do curso. Neste ambiente virtual, prevê-se inicialmente a divisão em fóruns de discussão, para os seguintes atores: tutores presenciais, tutores a distância, professores e coordenação de polos.

Para isso, é necessária uma solicitação formal do coordenador do curso de Administração Pública ao Centro de Educação a Distância (CEAD), que presta administração e manutenção da plataforma *Moodle*, para a criação do ambiente voltado aos agentes pedagógicos dentro da plataforma virtual do curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto das propostas sugeridas neste trabalho à coordenação do curso de Administração Pública visa ao rompimento do antigo modelo de tutoria presencial, no qual, neste momento, passa-se a corrigir a distorção ocasionada pela mudança de perfil do polo presencial, ao mesmo tempo que atende à visão do tutor demonstrada pelo MEC. A educação a distância está em constante mudança, o que nos obriga a acompanhá-la, pois, conforme afirma Moran (2011), devemos repensar a educação e superar modelos convencionais.

As propostas aqui apresentadas estão de acordo com a pesquisa realizada no âmbito do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora, visto que no modelo atual foram identificadas fragilidades; neste trabalho, porém, são apontadas as possíveis soluções. Nesse sentido, essa pesquisa identificou, principalmente, a mudança de perfil da categoria de tutores presenciais, pelos fatores relacionados ao polo presencial e à forma como os discentes acessam ao Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Com isto, vislumbrou-se a possibilidade de adaptação do profissional da tutoria à demanda atual dos estudantes, tendo em vista a Resolução do MEC CAPES/FNDE nº 08/2010, que permite à coordenação traçar o melhor perfil para os tutores de acordo com a necessidade do curso, desde que as atribuições dos profissionais de tutoria sejam descritas no Projeto Político Pedagógico. Desta forma, a coordenação do curso tem acesso a um leque de possibilidades relacionadas às atribuições dos tutores, visto que estes são os agentes de mediação mais próximos dos alunos na modalidade de ensino a distância.

Especialmente como forma de potencialização do trabalho do tutor presencial do curso de Administração Pública, foram propostas soluções relativas tanto às adaptações de perfil para o novo contexto, quanto à ação do trabalho do profissional, por meio da proposta da comunicação entre a equipe multiprofissional, bem como por um treinamento constante por meio de um manual. Contudo, ressalta-se a importância da apresentação do manual formulado na seleção de novos tutores presenciais.

Enfim, o ideal das propostas apresentadas visa avançar na adaptação do atual modelo de tutoria, tendo em vista a evolução do público alvo e das instituições envolvidas. O produto das inovações, conforme afirma Moran (2011), serão instituições vencedoras e que avançarão muito mais rapidamente do que as que continuarem repetindo o modelo convencional.

REFERÊNCIAS

ASSIS, E. M. *Gestão do Sistema Tutorial, à luz do imaginário do tutor e do aluno. Mestrado Profissional em Tecnologia da Informação e Comunicação na Formação em EAD*. Londrina, 2007

BASTOS, A. T.; VIDAL, E. M.; FREITAS, A. A. F.; NUNES, B. C. *Polos de Apoio Presencial: Requisitos e Desafios da Gestão*. Belém: ESUD, 2013.

BRASIL. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES 67/2003, de 11 de março de 2003. Relata sobre o referencial para as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/MEC nº 04 de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. *Referenciais de qualidade para educação superior a distância*. Secretaria de Educação a Distância: Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação. Resolução MEC/FNDE nº 8, de 30 de abril de 2010. Altera os incisos I a V do art. 9º, o § 1º do art. 10 e o item 2.4 do Anexo I da Resolução CD/FNDE nº 26/2009, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). *Diário Oficial da União*, Brasília, 2010. Acesso em: 01 ago. 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *O que é um polo de apoio presencial*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br/index.php/polos-841937/o-que-e-um-polo-de-apoio-presencial>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

CRUZ, F. A.; LIMA, T. N. ; PADILHA, M. A. S. *Educação a Distância: Uma Visão dos Alunos sobre os Conceitos de EaD e Autonomia no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

FERREIRA, M.; CARNEIRO, T.C.J. *A institucionalização da Educação a Distância no Ensino Superior Público Brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil*. São Leopoldo: Unisinos, 2015. 19v.

GADELHA, C.A.G.; QUENTAL, C. *Mestrado profissional em gestão de ciência e tecnologia em saúde: a experiência da FIOCRUZ*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MILL, D. *Educação a Distância formação do estudante virtual*. São Carlos: UFSCar, 2011.

MILL, D.; ABREU-E-LIMA, D.; LIMA, V.S.; TANCREDI, R. S. M. P. *Desafio de uma Interação de Qualidade na Educação a Distância: O Tutor e sua Importância nesse Processo*. Cadernos da Pedagogia. São Carlos: UFSCar, 2008. V. 02. Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/106/63>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Ed. Papirus. 2000.

MORAN, J. A educação a distância como opção estratégica. In: MORAN, J. M. *Educação a Distância: pontos e contrapontos*. Campinas: Summus Editorial, 2011.

NÓBREGA-TERRIEN, S. M.; GUERREIRO, M. G. S.; MOREIRA, T. M. M.; ALMEIDA, M. I. *Projeto Político Pedagógico: concepção, construção e avaliação na enfermagem*. São Paulo: EscsEnferm. USP, 2010.

PRETI, O. ; OLIVEIRA, G. M. S. *Sistema de Orientação Acadêmica no curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso: concepções e práticas*. Cuiabá: NEAD, EdUFMT, 2003.

_____. *Educação a Distância: Uma prática educativa mediadora e mediatizada*. Cuiabá: NEAD, EdUFMT, 1996. Disponível em: <http://www.uab.ufmt.br/uploads/pcientifica/ead_pratica_educativa.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SOARES, L. A.; MELLO, R. M. A. V.; FLORESTA, M. G. S.; FERREIRA, M. S. *Importância da Mediação do Tutor Presencial na Educação a Distância*. Florianópolis: ESUD, 2014.

VEIGA, I. P. A. *Educação Básica e Educação Superior: projeto político pedagógico*. Campinas: Ed. Papirus, 2004.